

Servidores lotam Brasília, mas não conseguem ser recebidos pela Ministra

Na última quarta-feira, dia 16, servidores federais de todo o Brasil, ativos, aposentados e pensionistas, estiveram em Brasília para mais uma manifestação, dessa vez o objetivo foi pressionar o governo para que defina logo as políticas de reajuste e valorização das carreiras. A campanha salarial unificada, como foi denominada pelas centrais sindicais que organizaram o protesto, teve a participação de aproximadamente 10 mil pessoas.

Com faixas, cartazes, apitos e palavras de ordem, os manifestantes exigiram, entre outros pontos, a retirada de qualquer reforma que prejudique os direitos dos trabalhadores; o cumprimento por parte do governo dos acordos firmados; a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e a retirada de projetos de leis, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos.

A passeata que iniciou na Catedral, seguiu até o Congresso nacional, onde houve discursos dos líderes e de alguns congressistas que saíram de seus gabinetes para dar apoio às causas dos servidores. Em seguida a passeata rumou para o Ministério do Planejamento com o objetivo de uma comissão ser recebida pela Ministra Miriam Belchior. A assessoria do Ministério informou que a Ministra não estava. As lideranças, no entanto, comprometeram-se em agendar o mais rapidamente possível a audiência para entregar a pauta da Campanha salarial de 2011.



Foto: Elza Fiuza/Abr

Manifesto teve até boneco imitando Dilma Rousseff

Leia também:

Notícias do Jurídico
Pág. 02

Presidente do INSS revela metas de sua gestão
Pág. 03

O caos da saúde no Brasil
Pág. 03

Servidores terão outro regime de previdência complementar
Pág. 03

Para Mantega o reajuste para os servidores pode esperar
Pág. 04

Dicas de Saúde: Gota e ácido úrico
Pág. 05

Avaliação de desempenho para os servidores da Saúde
Pág. 06

Dem aí...

Baile de Debutantes da Melhor Idade

Aniversário de 35 anos da AGASAI

A vida é um eterno começo, aqui estamos como prova disso. Viva cada momento como se estivesse começando agora.

No ano em que a AGASAI completa seu 35º aniversário, uma festa especial está sendo preparada para seus sócios: O Baile de Debutantes da Terceira Idade. Uma festa de gala, com jantar especial e a animação do Show Musical Caravelle, além é claro, da atração principal, o debut de 25 associadas que abrilhantarão ainda mais a noite.

Leia mais na página 05

Realização:



Notícias do Jurídico

Aloisio Jorge Holzmeier
Diretor Jurídico

I – NOVA REGÊNCIA FEDERAL – UMA PRESIDENTA NA CHEFIA DA NAÇÃO

A Nova Administração Pública Federal deixa os servidores públicos na expectativa. Mormente os Federais. Pois, as melhorias ou pioras nos Direitos e Vantagens principiam, geralmente, no Serviço Público Federal.

Tivemos com a última mudança anterior, em 2003, a Emenda Constitucional nº 41/03, que reduziu as vantagens dos servidores públicos:

a) desvinculação das aposentadorias e pensões dos valores dos servidores em atividade; reajuste pelos índices da previdência comum;

b) contribuição sobre os valores das aposentadorias e das pensões excedentes ao teto (hoje de R\$ 3.686,66);

c) previdência complementar facultativa para os servidores que ingressarem após dezembro de 2003.

A Maioria dos Estados e Municípios não tem cumprido a Emenda Constitucional 41/2003. Tanto é que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entende que a Emenda somente é aplicável aos servidores e Juizes admitidos a contar de 1º de janeiro de 2004.

Parece que a Presidenta não quer mexer com os direitos e vantagens dos Funcionários. Contudo, não afloram sinais de aumentos salariais. Porém, os aumentos já constantes de Leis ou Medidas Provisórias deverão ser cumpridos.

Uma regência federal mais austera irá pautar o início deste governo.

II – TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL – INSALUBRE

Após o Governo Federal ter perdido a batalha da CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL ou INSALUBRE, para acréscimo de 20% ou 40% - tempo de serviço anterior ao Regime Jurídico Único, sob a REGÊNCIA DA CLT, perdeu a questão quanto ao TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL sob o Regime Jurídico Único.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, mediante diversos Julgados – Mandados de Injunção (nºs 959-7 – 992-9 – 1002-1, entre outros) determinou a consideração ponderada do TEMPO DE SERVIÇO INSALUBRE da mesma forma como o é posto na Lei vigente da Previdência (Art. 57 da Lei 8.213/91).

O Ministério do Planejamento e o INSS regulamentaram o tema. E, o fizeram de tal forma pernicioso ao Funcionário, que será difícil cumprir suas exigências, pelo seguinte:

I – O servidor que utilizar a contagem ponderada perderá o direito a PARIDADE e INTEGRALIDADE de proventos e pensão;

II – Os laudos técnicos devem ser elaborados com os elementos e provas da época.

O Jurídico da AGASAI está atento ao que poderá acontecer.

III – APOSENTADORIA INTEGRAL NOS CASOS DE DOENÇA GRAVE

A Justiça Federal está presente nos casos de Aposentadoria a contar de janeiro de 2004, (EC. 41/03) por moléstia grave. Determina que esta seja integral e paritária com os servidores em atividade. Ao contrário do que pensa o Governo que calcula o provento da aposentadoria pela média salarial de julho de 1994 para cá.

IV – DAS PENSÕES VIGORANTES A CONTAR DE 2004

O Departamento Jurídico da AGASAI está obtendo êxito no reajuste das Pensões – concedidas sob a égide da Emenda 41/2003, onde o Governo determina reajuste somente a contar de 2008, e a Justiça – invariavelmente – determina cálculo a contar de 2004.

V – GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE

O Supremo Tribunal Federal declarou devida a extensão das gratificações de desempenho de atividade aos inativos e pensionistas.

O Supremo Tribunal Federal no Julgamento do RE nº 597.154-QO, decidiu pela extensão da GDATA aos inativos.

Posteriormente a Min. Cármen Lúcia, no RE nº 594.023/RS, proferiu decisão de seguinte teor: “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que as vantagens de caráter geral concedidas aos servidores da ativa são extensíveis aos inativos e pensionistas, conforme disposto no art. 40, § 8º da Constituição.

Quanto ao tema foi editada a Súmula Vinculante nº 20:

“A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da Medida Provisória nº 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos.”

Em decorrência das decisões do Supremo Tribunal Federal, os processos que estavam sobrestados relativos a gratificações de desempenho de atividade foram reativados, com a certificação do trânsito em julgado e encontram-se em fase de liquidação.

A HOLZMEIER ADVOGADOS ASSOCIADOS está agilizando as liquidações de sentença, pelo que roga a seus clientes que obtenham as fichas financeiras junto ao Departamento Pessoal do órgão ao qual estão vinculados (período de janeiro de 2002 até a presente data) e as envie ao nosso endereço, situado na Rua General Andrade Neves, 155, conjunto 75, Porto Alegre, RS, CEP 90010-210 (fone 3212.64.54 – 3224.99.94).

Planejamento confirma cancelamento de concursos e contratações

Brasília, 28/3/2011 – O Diário Oficial da União desta segunda-feira traz portaria do Ministério do Planejamento, confirmando a decisão de vetar, por tempo indeterminado, os concursos públicos e contratações de servidores públicos civis em 2011, na esfera do Poder Executivo Federal.

A suspensão atinge tanto os novos concursos quanto as nomeações de seleções realizadas, em vagas para cargos públicos nos ministérios (administração direta), e nas agências reguladoras, autarquias e fundações (administração indireta).

As nomeações que tiveram portarias publicadas até a data de hoje não serão afetadas.

A medida também não vale para o atendimento de decisões judiciais e para as contratações temporárias realizadas com base na Lei 8.745/93.

Concursos com fase de curso de formação já iniciada poderão ser concluídos normalmente. Contudo, as nomea-

ções dependerão de autorização específica da ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Da mesma forma, caberá à ministra decidir sobre a realização de cursos ou programas de formação que não tenham se iniciado até a data da entrada em vigor desta Portaria.

Essa medida entra hoje em vigor como parte do programa de corte de gastos no orçamento de 2011, anunciado no começo do mês por Miriam Belchior. Na ocasião do anúncio, a ministra afirmou que, por conta das contenções orçamentárias, concursos e nomeações no Poder Executivo Federal estavam suspensos e que as demandas dos órgãos e entidades por contratação seriam “analisadas de forma criteriosa, com lupa, para restringir essa possibilidade aos casos excepcionais”.

Fonte: Ministério do Planejamento



Sócio novo - Dúvidas

Gostaria de saber se somente aposentados podem ser associados, em caso de eu vir a me associar posso colocar algum dependente como por ex. minha mãe, ou outro parente. Meu dependente no caso podera usufruir dos convênios? O pagamento e feito na folha de pagamento? Somente funcionários federais podem ser associados ou outros como estado e município também? Obrigado pela atenção.
Carlos Alberto da Silva Alves
Ecoporanga ES

R. Primeiramente muito obrigado pelo seu interesse pela AGASAI.

A AGASAI aceita como associados, funcionários públicos federais somente, tanto aposentados, como ativos ou pensionistas. No caso do Senhor vir a associar-se poderá colocar dependentes sim, com qualquer grau de parentesco. Estes dependentes poderão usar os convênios da AGASAI e o pagamento pelo uso dos mesmos será debitado na sua conta-corrente (banco do Brasil) no dia do pagamento dos servidores federais.

Para ver todos os conveniados entre neste link <http://www.agasai.org.br/convenios.htm>.

Protesto PEC 270

Não entendo mais nada!! Dois funcionários públicos e tratamento tão distintos e pagos pela mesma fonte (povo). Juiz quando se corrompe tem como punição aposentadoria integral e nós barnabés quando sofremos graves acidentes e infelizmente não morremos (seria mais digno) nos aposentamos proporcional para sofrer mais um pouco. Que país é este ??

Anibal Alves - Porto Alegre RS

Acordo - última parcela

Gostaria de saber quando será paga a última parcela do acordo de 2008, sou funcionario público federal do executivo e a minha última parcela será agora em 2011, mas quando?

Silas Uchoa - Cabo Frio RJ

R. O pagamento da última parcela do acordo será no mês de julho, a ser paga nos primeiros dias de agosto.

Participe desse espaço enviando suas dúvidas, protestos e sugestões para o e-mail: comunicacao@agasai.org.br, no título coloque "Espaço do Leitor", envie seu nome completo e cidade onde reside.

A Sede de Quintão está aberta o ano todo. Aproveite!

Tranquilidade
Segurança
Lazer
Economia



Que tal um fim de semana na beira do mar?

Apartamentos a 20 metros da praia
Área para camping
Churrasqueiras

Rua Goethe, 102 - Quintão - Informações 51 3226.5107

Expediente

Notas da AGASAI, é a publicação oficial da Associação Gaúcha dos Servidores Federais Aposentados e Pensionistas.

Presidente: Claudio Ribeiro dos Santos, Vice-Presidente: Vera Maria C. Kollet, 1ª Secretária: Maria Goulart Mota, 2ª Secretária: Neusa Maria Fogo Garcia, 1º Tesoureiro: José Elias Fernandes, 2º Tesoureiro: João Antonio Marques, Diretor Patrimônio: Luiz Carlos Osório dos Santos, Diretor Jurídico: Aloisio Jorge Holzmeier. Departamento Social: Vera Nunes, Departamento Divulgação: Laurita Pacheco

Jornal produzido pela Assessoria de Comunicação da AGASAI.

Responsável: Alexandre Tessaro da Rocha (Reg. Prof. 957)

Tiragem: 2000 exemplares

www.agasai.org.br

Prejuízo no INSS com erro no sistema vai a R\$ 160 milhões

O erro no sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entre 2005 e 2008 — que levou o órgão a pagar a mais auxílios-doença e aposentadorias por invalidez a 79.846 brasileiros — provocou um estrago bem maior do que se imaginava aos cofres da Previdência. Os cálculos iniciais, que apontavam para uma despesa extra de R\$ 66 milhões, foram atualizados pela própria autarquia. O rombo real pode chegar, na verdade, a R\$ 160 milhões. Em alguns casos, os benefícios foram pagos em duplicidade. Diante da falha, o governo decidiu cobrar a diferença dos pensionistas. Mas, além disso, a situação revelou outro ponto desconcertante. O órgão descobriu que 1.973 pessoas receberam menos do que tinham direito — um prejuízo aproximado de R\$ 2,7 milhões. Apesar de vultosas, as cifras que resultaram do erro do sistema poderão cair, disse ao Correio Mauro Hauschild, presidente do INSS. Uma nova revisão poderá ocorrer, a seu ver, caso nem todas as pessoas detectadas tenham sido vítimas do problema. Ademora na identificação do erro — ele só foi descoberto em 2008 — deu-se em razão da necessidade de monitorar um número expressivo de benefícios por incapacidade no período, 17,9 milhões no total.

Desde janeiro, o órgão enviou convocações aos segurados para confrontação dos valores. O comunicado convidou pensionistas a comparecerem a uma agência do INSS para exercer seu direito de defesa. “Chamamos ele (segurado) para mostrar a documentação, porque, daqui a pouco, o benefício que a gente achou que estava duplicado, na verdade, poderia ser efetivamente em razão de dois vínculos empregatícios. E se eu identifico que tem um erro, tenho que consertar e, daquele dia para frente, pagar o valor correto”, argumentou Hauschild. “Chamar as pessoas não é transformar a vida delas em um fardo. Ao

contrário, é garantir que elas possam mostrar que eventualmente estão certas e nós, errados.” O INSS ainda não sabe dizer quantos pensionistas já receberam a convocação, onde eles estão e se realmente todos vão ser encontrados. Os ofícios já foram emitidos, mas o órgão ainda não tem certeza se há segurados que trocaram de endereço, por exemplo. A diretoria de Benefícios do órgão informa que, dos 79.846 benefícios duplicados, 47.685 foram concedidos com valor a maior e 30.188 não provocaram alteração de renda para o pensionista.

O equívoco no processamento dos benefícios dos segurados está sendo considerado como inéxito e prioritário pela Procuradoria Federal Especializada do INSS, que é ligada à Advocacia-Geral da União (AGU). O caso aguarda parecer do órgão, que decidirá sobre a devolução ou não dos benefícios cobrados a maior. A decisão final é do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams. Porém antes, o parecer feito pela procuradoria do INSS precisa passar pela Consultoria do Ministério da Previdência Social.



Presidente do INSS revela as metas da gestão

1) Objetivos – melhoria do atendimento, redução das fraudes e viabilização da participação de mais pessoas no RGPS;

2) Concursos – serão solicitados ao Ministério do Planejamento mais concursos para reposição dos que se aposentaram, dos que pediram demissão e para atender aos Planos de Expansão.(720 agências) e Reestruturação das Agências (360 agências)

3) Horário – tem ouvido solicitações, inclusive da ANASPS, para a carga horária seja rediscutida. Se for preciso e viável, a jornada de trabalho será alterada.

4) Remuneração dos servidores – considera oportuna a discussão temática, uma vez que dos 14 mil concursados que ingressaram no INSS pelo menos 50% pediram demissão face os baixos salários. “A baixa retenção dos servidores, merece ser examinada”.

5) Expansão – vai tocar os Planos de Expansão e de Reestruturação de Agências, esperando que pelo menos 200 novas agências entrem em operação até 2012, no pior cenário.

6) Qualidade do atendimento – a qualidade é muito superior, mas acreditamos que é possível melhorar, através de agências, implantação de novos sistemas, além da melhoria dos canais de atendimento e da substituição de 50% do parque de computadores que estão nas agências.

7) Valorização dos servidores – redimensionar os programas de qualificação, interna e externa, e atuar fortemente nesta linha de ação.

Fonte: Anasps

Servidores terão outro regime de previdência complementar

O governo vai mandar ao Congresso Nacional um novo projeto para instituir o regime de previdência complementar dos funcionários públicos. O projeto está sendo discutido no âmbito dos Ministérios da Previdência Social e do Planejamento, segundo informou ontem o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Em 2007, o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso o projeto 1992/2007 instituindo o regime de previdência complementar dos servidores. O projeto, no entanto, foi engavetado na Câmara dos Deputados, principalmente por causa das pressões das entidades representativas dos juizes federais.

Agora, a discussão voltou à 'estaca zero'. O governo debate, de acordo com Jucá, se será um único fundo de pensão para todos os servidores ou três fundos, um para o Poder Executivo, outro para o Poder Legislativo e outro para o Judiciário.

Essa mesma questão foi discutida exaustivamente há cinco anos pelo governo do ex-presidente Lula, que concluiu que a melhor e mais justa alternativa era a criação de um único fundo para os funcionários dos três Poderes. O projeto de lei 1992/2007

autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), que teria regras únicas para todos os servidores e seria constituída sob o regime de contribuições definidas.

A solução proposta pelo governo passado nunca foi aceita pelo juizes, que defenderam, desde o início, a criação de um fundo de previdência complementar apenas para o Poder Judiciário. Aos juizes, juntaram-se em oposição ao projeto as corporações sindicais dos demais servidores públicos.

A criação da previdência complementar para os funcionários públicos está prevista na Constituição. Somente depois da criação desse regime a reforma do sistema previdenciário dos servidores, aprovada em 2003, poderá ser colocada em prática. A reforma prevê que os funcionários públicos passarão a receber aposentadorias até o teto do INSS, como ocorre com os trabalhadores da iniciativa privada, podendo complementar esses valores por meio do fundo de pensão.

Ribamar Oliveira - De Brasília
Valor Econômico



O caos da Saúde no Brasil

Um tema que preocupa atualmente toda a sociedade é a saúde pública no Brasil. O presidente Lula, nos últimos meses de seu mandato prometeu devolver a dignidade aos servidores da saúde, que sempre foram discriminados e tratados como funcionários de segunda categoria. A saúde pública no Brasil é tratada dessa forma pelos Governos. Falta de médicos, de leitos, de equipamentos, instalações insalubres e infectas são rotina nos vários postos e hospitais públicos espalhados pelo Brasil. E, de acordo com as ultimas medidas do Governo com cortes drásticos principalmente nas áreas sociais, a situação não vai mudar. Por isso é urgente a forte mobilização da sociedade a fim de exigir mudanças nesse quadro.



Senha para consignação não virá mais no contracheque

O contracheque referente aos rendimentos de dezembro, que foi entregue aos servidores públicos federais e beneficiários de pensão a partir do dia 3, será o último em que virá impressa a senha para consignações. Esta última senha poderá ser desbloqueada por meio da Central de Serviços do Serpro até 31/01/2011, tendo validade por 30 dias a partir da data do desbloqueio.

A informação foi divulgada pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH/MP), por meio de comunicado publicado na página inicial do Portal Siapenet e enviado a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A partir do dia 1º de fevereiro de 2011, a senha só será obtida pelo Portal Siapenet e não haverá necessidade de desbloqueio. De acordo com o Departamento de Administração de Sistemas de Informação de Recursos Humanos (Desis/SRH/MP), a nova sistemática para obtenção da senha resultará em mais segurança para o usuário realizar operações de consignações, inclusive empréstimos nos bancos cadastrados.

Conforme o comunicado da SRH/MP, os servidores e beneficiários de pensão que ainda não utilizam o Siapenet devem, primeiramente, procurar sua unidade de pagamento para cadastrar um e-mail. A seguir, podem se cadastrar no próprio Portal Siapenet.

Para se cadastrar no portal, o servidor ou beneficiário de pensão deve acessar o endereço www.siapenet.gov.br, entrar no módulo "servidor" ou "pensionista", informar sua Identificação Única (impressa em campo no alto do contracheque) e clicar no botão "avançar". Em seguida, preencher seus dados cadastrais e gerar sua senha para utilizar o Portal Siapenet.

E para gerar uma senha de consignação, deverá clicar em Consignações e depois em Gerar Senha de Consignação. A senha gerada será enviada para o respectivo e-mail cadastrado.

O acesso ao Siapenet permite outros benefícios como, por exemplo, consultar/imprimir os contracheques dos últimos 12 meses ou a Declaração Anual de Rendimentos.

Reajustes: Guido Mantega diz que servidores podem esperar

No dia 01 de março, o Ministro Guido Mantega, em entrevista a Globo News soltou a seguinte pérola:

"Estou andando tranquilo na Esplanada dos Ministérios porque nos últimos anos o funcionalismo recebeu bons aumentos, justos aumentos, merecidos. Estão todos com salários compatíveis com o setor privado. Alguns estão ganhando mais do que o setor privado. Portanto, eles têm como aguentar um tempo sem reajuste".

Essa declaração causou mal-estar entre as Entidades que estão negociando com o Governo e vai contra as promessas de campanha, que falavam em permanente contato com os servidores buscando corrigir distorções e fazendo com que os salários dos servidores fossem reajustados regularmente conforme diz a Lei.

O governo anterior, deu sim aumentos para todas as carreiras, mas não conseguiu recuperar as perdas originadas pelos 8 anos do Governo Fernando

Henrique Cardoso que deixou os servidores sem qualquer reajuste ao longo de seus dois mandatos, causando perdas salariais enormes.



Ministro Guido Mantega

Calendário de bloqueio cartão AGASAI e Super Compra

Os cartões da AGASAI e Super Compra ficarão bloqueados sempre nos períodos abaixo:

26/04 a 09/05
26/05 a 08/06
26/06 a 08/07
26/07 a 08/08
26/08 a 08/09

Programe suas compras

A data de desbloqueio, dependendo do mês, poderá ser antecipada.



Veja como foi a posse da Ministra do Planejamento

Foto: Elza Fiuza/Abr



Miriam Belchior

A nova ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, recebeu o cargo na manhã de hoje, das mãos do ministro Paulo Bernardo – que deixa a Pasta para assumir o

Ministério das Comunicações –, pregando a manutenção da estabilidade econômica como um "valor absoluto" na sua gestão.

E para tanto, como fez questão de ressaltar durante a solenidade de transmissão de cargo, vai trabalhar em consonância com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

A ministra falou das diretrizes que pretende implantar durante sua gestão à frente da Pasta em um discurso de 19 minutos, marcado por emoção, pontuado por lágrimas em alguns momentos e interrompido 14 vezes por aplausos. Na platéia, cerca de 400 pessoas superlotaram o auditório do subsolo do Bloco K, que tem capacidade para 178 pessoas sentadas.

O ministro Paulo Bernardo foi breve. Após entregar o livro de transmissão governamental à nova ministra, discursou por apenas oito minutos, destacando o legado que deixa a sua sucessora, após seis anos no comando do ministério.

Ao agradecer a herança que recebe e a missão de consolidar a retomada do planejamento iniciada nos últimos oito anos, Miriam Belchior destacou que, a pedido da Presidenta Dilma Rousseff, o ministério passará agora a atuar de maneira mais pró-ativa no aprimoramento da coordenação das políticas intersetoriais, em conjunto com a Casa Civil.

"Os esforços feitos nos últimos anos na coordenação dessas tarefas deram resultados muito positivos, como o Bolsa Família, os Territórios da Cidadania e o PAC, o que recomenda dedicação ainda maior nessa direção", disse.

E completou, em seguida, com a definição do que espera venha a ocorrer nos próximos quatro anos:

"Minha meta é que o Ministério do Planejamento, além de suas atribuições institucionais, inove incorporando um novo papel: o de facilitador das ações governamentais, enfrentando, com os demais ministérios, os principais gargalos institucionais da administração pública federal".

Fonte: Ministério do Planejamento

Novos Sócios

bem-vindos

Associados novos

Silvani Ignes Glaeser da Silva Vencato, Orieta Guiradelli de Oliveira, Jorge Ferraz Filho, Manoel Jesus de Souza, Jessi dos Santos Dorneles, Suely de Matos Graís, Marli Otília Prade de

A todos a AGASAI deseja Boas-Vindas

Você sabia que dezenas de jornais enviados aos sócios são devolvidos a cada edição devido a endereços errados? Não faça parte dessa estatística, mantenha seu endereço sempre atualizado.

Que tal um *début* depois dos 60 anos?



Baile de Debutantes da terceira idade ocorrido em Jaraguá do Sul

Para todas as associadas com mais de 60 anos, que debutaram ou que não tiveram essa oportunidade, a AGASAI vai realizar esse sonho de “menina moça” que sem dúvida trará belas e inesquecíveis lembranças, num baile de gala que será realizado no dia 08 de outubro no Salão dos Espelhos do Clube do Comércio, em Porto Alegre.

A Diretoria já está organizando todos os detalhes e os convites, bem como inscrições das debutantes já estão disponíveis. Portanto as interessadas em participar desse intenso momento já podem entrar em contato para fazer a sua inscrição. As debutantes serão limitadas em 25, de acordo com a organização e capacidade do salão.

Saiba mais:

Local: Clube do Comércio - Rua dos Andradas, 1085, Porto Alegre

Data: 08 de outubro de 2011

Horas: 20h

Traje: Social completo: homens terno e gravata, mulheres vestido.

Valor do convite: R\$ 55,00 por pessoa.

Valor da inscrição para debutante: a inscrição está condicionada à venda de 10 convites.

O convite inclui: jantar especial e bebidas

Baile com Show Musical Caravelle



Baile de Debutantes da terceira idade ocorrido em Castanhal

Chá de confraternização está de volta

O Chá de confraternização da AGASAI está de volta. No dia 06 de abril último foi realizado o primeiro chá do ano que contou com a participação de dezenas de associados da AGASAI. Ao mesmo tempo que saboreavam salgadinhos, bolos e bebidas os associados atualizavam a conversa e reviam amigos. O Departamento Social da AGASAI este ano vai preparar muitas atividades que serão divulgadas, através desse jornal e dos demais meios de comunicação da Associação.



O chá de confraternização da AGASAI é realizado sempre na primeira quarta-feira do mês às 15h no Espaço Social. Reserve seu lugar. Participe!

Adquiriu um celular novo, o número mudou? Ligue para a AGASAI e atualize seus dados.

AGASAI no Twitter e no Orkut



A AGASAI também está no [Orkut](#) e no [Twitter](#). Para seguir a AGASAI no Twitter procure o seguinte endereço: http://twitter.com/AGASAI_RS ou [@AGASAI_RS](#). Já no Orkut, procure pela comunidade da AGASAI. Tanto no Twitter como no Orkut, a Associação está postando notícias do funcionalismo, eventos, festas, lembretes. Acompanhe a AGASAI na internet, participe com suas opiniões e sugestões e fique sempre bem-informado sobre tudo o que acontece na sua carreira e na sua Associação.

Dicas de Saúde

Gota - Ácido Úrico

Ter ácido úrico nas veias é normal — ele é um produto do nosso metabolismo, gerado a partir da quebra das moléculas de proteína dos alimentos que ingerimos. Ele passa para o sangue e parte dele deve ser eliminado pelos rins e intestinos. Mas algumas pessoas têm dificuldade em eliminá-lo ou o produzem em excesso. O diagnóstico de hiperuricemia é feito por meio de exames que analisam a quantidade de ácido úrico no sangue.

A gota, um dos problemas mais comuns do excesso desse ácido, é uma doença hereditária que atinge muito mais homens do que mulheres — a proporção é de 8 para 1. “O ácido úrico se deposita nos tecidos das articulações e pode destruí-los”, explica o nutrólogo Valter Makoto (SP). Nem todos os que têm altas taxas de ácido úrico terão problemas. Mas quem tem predisposição genética para as crises de gota deve ficar atento: os primeiros sintomas incluem dores nas articulações, principalmente no dedão do pé, inchaço e vermelhidão na região. A dor pode se espalhar para as articulações dos joelhos, cotovelos, mãos e ombros. “O excesso de ácido úrico também causa tofos, pequenos caroços na pele. E, quando seus cristais se depositam nos rins, formam os cálculos renais, a famosa pedra nos rins”, alerta Nelson Lucif Jr., médico e diretor do departamento de Nutrologia Geriátrica da Associação Brasileira de Nutrologia (Abran).

E o pior: Pesquisa recente, realizada pelo Instituto do Coração do Hospital das Clínicas (Incor), conclui que o ácido úrico sozinho é capaz de aumentar em 3,5 vezes os riscos de um adulto apresentar calcificação nas artérias do coração — o que significa um potencial 10 a 12 vezes maior de ocorrer um infarto e morte súbita.

Não há cura para este mal, mas é possível controlar os níveis de ácido úrico no sangue. Em casos mais graves, há medicamento específico, usado fora das crises. Para a maioria das pessoas que tem hiperuricemia, a recomendação é evitar os fatores agravantes, como exercícios em excesso, uso de diuréticos e antiinflamatórios e dietas ricas em purinas — substâncias de alguns alimentos que fazem parte das proteínas e que ajudam a aumentar a concentração de ácido úrico. E quem tem gota deve evitar bebidas alcoólicas. “Elas ajudam o ácido úrico a formar um cristal e a entrar na articulação”, explica Nelson Lucif. A seguir, confira quais alimentos são permitidos e quais são proibidos para se manter longe das crises.

PRODUTOS PROIBIDOS

Carnes: bacon, vitela, cabrito, carneiro, miúdos (fígado, coração, rim, língua). Peixes e frutos do mar: salmão, sardinha, truta, bacalhau, ovas de peixe, marisco, ostra, camarão. Aves: peru e ganso. Bebidas alcoólicas.

PERMITIDOS COM MODERAÇÃO

Carnes: vaca e frango. Peixes e frutos do mar: lagosta, caranguejo. Leguminosas: feijão, grão-de-bico, ervilha, lentilha, aspargos, cogumelos, couve-flor, espinafre.

LIBERADOS

Leite, chá, café, chocolate, queijo amarelo magro, ovo cozido, cereais como pão, macarrão, fubá, arroz branco, milho, mandioca, sagu, vegetais (couve, repolho, alface, acelga e agrião), doces e frutas.

Fonte: Revista Viva Saúde

Quando envelhecer é um castigo

Retrato de um país que não sabe envelhecer

O brasileiro vive cada vez mais. Porém, ao contrário do que se imagina, a notícia nem sempre é boa para ... quem envelhece. Atualmente, para cada 100 crianças de até 14 anos no país, há 24 idosos. em 2050, serão 172. Na série que o Correio publica de hoje a quarta-feira, a repórter Renata Mariz traça o retrato de um país que não sabe lidar com essa questão. e mostra como o descaso do estado e da sociedade, muitas vezes da própria família, transformam em um inferno a vida de quem deveria estar desfrutando da longevidade. O caso do viúvo Heleno Mendes da Silva, 88 anos, é emblemático. Ele nunca tinha pensado que um dia sairia de casa Mas denúncias de que sofria maus-tratos fizeram com que fosse parar num asilo onde afirma se sentir melhor do que na companhia dos familiares. "Pelo menos aqui zelam por mim", resigna-se.

Daqui a 40 anos, a proporção de idosos na população será três vezes maior. Série de reportagens mostra os principais problemas sofridos por essa faixa etária: abandono, violência, exploração e exclusão

Com uma das mãos apoiadas na bengala, Heleno Mendes da Silva usa a outra para se certificar de que as contas estão certas. Segundos depois, o semblante é de admiração. Ele custa a acreditar que já viveu tanto. Afinal, para quem nasceu em 1922, quando as pessoas morriam em média aos 34 anos, beirar os 89 pode ser considerado surpreendente. Mas o senhor de olhos avermelhados e cabelos brancos representa apenas o início da mudança demográfica radical pela qual o Brasil passa. Uma combinação de fatores - menos filhos por mulher,

evolução da medicina e maior acesso a serviços básicos - começa a provocar verdadeiro boom. A população idosa no país cresce de forma vertiginosa, de acordo com projeções oficiais.

Se hoje, para cada 100 crianças de zero a 14 anos há 24 idosos, em 2050 serão 172. Motivo justo de comemoração, a longevidade conquistada também traz desafios imensos para uma nação onde, em quatro décadas, 30% dos moradores terão mais de 60, principalmente se os 10% nessa faixa etária atualmente já padecem vendo seus direitos desrespeitados. Abandono, violência, exploração e exclusão são quatro facetas extremamente graves do envelhecimento que o Correio aborda, a partir de hoje, na série Retratos de um país que não sabe envelhecer.

O desrespeito vem de todos os lados. É o Estado que não consegue atender as necessidades de saúde do idoso, a sociedade que lhe nega um simples assento dentro do ônibus, a família que o repele da convivência. "Problemas da atualidade, como colapso dos hospitais e a violência dentro de casa, ganham uma dimensão gigantesca diante de um ser tão vulnerável", adverte o geriatra Renato Maia, professor da Universidade de Brasília (UnB) e referência no tema do envelhecimento. O médico é um dos muitos especialistas que consideram o Estatuto do Idoso, em vigor desde 2003, instrumento de poucos resultados. "Tirando a vaga de estacionamento e a preferência na fila, o resto é um monte de palavras bonitas", resume.

Autor(es): Renata Mariz
Correio Braziliense - 03/04/2011

Avaliação de desempenho para os trabalhadores da Saúde

No Seminário "Avaliação de Desempenho na Saúde", organizado pelo Departamento de Saúde do Sinsprev/SP, em 29 de janeiro de 2011, foi realizada uma análise de todo o processo de sucateamento do setor público brasileiro, principalmente o da Saúde.

Avaliação na Saúde

A avaliação produtivista para os trabalhadores da Saúde federal foi implantada em janeiro de 2011, por meio da Portaria 3.627/2010, mesmo sem a edição da instrução normativa para especificar os pontos não contemplados nessa portaria.

Esse primeiro ciclo de avaliação será de janeiro a junho. Nos anos seguintes a proposta é que seja de julho a julho.

Segundo a portaria, dos 20 pontos a serem avaliados, a maior parte, 12 pontos, caberá as chefias. A outra, oito pontos, será definida pela auto avaliação e pela equipe de avaliação, que sequer foi formada.

Designar as chefias como as responsáveis pelo maior índice da pontuação da avaliação poderá trazer incontáveis prejuízos a remuneração dos servidores. É do conhecimento de todos que no serviço público a escolha de uma significativa parcela dos ocupantes de cargos é realizada sem levar em conta as condições técnicas. A indicação política na administração pública é uma prática reconhecida nesse país.

É no mínimo preocupante colocar indicados políticos como responsáveis diretos pela variável salarial e até mesmo exoneração dos servidores. A experiência em outros setores prova que uma parcela considerável dos ocupantes de cargos de chefia não tem competência técnica para avaliar o trabalho desenvolvido por um servidor, além de, em muitos casos, essas avaliações serem norteadas

meramente pelas relações pessoais, não levando em consideração o trabalho desenvolvido pelo funcionário. Outro complicador é o fato de haver projeto prevenido que após duas avaliações insuficientes subsequentes ou três intercaladas o servidor público poderá ser exonerado. Obviamente é previsto o direito ao recurso, porém o projeto é muito subjetivo quando faz referência a esse direito do servidor.

Histórico

Desde 2001 as entidades representativas e os servidores conseguiram evitar a avaliação de desempenho para a Saúde federal, porém nas duas últimas reuniões da mesa negocial, o governo apresentou que uma das exigências do PAC da Saúde é a avaliação produtivista e, ironicamente, afirmou que sua implantação qualificaria, valorizaria e aumentaria o salário dos trabalhadores do SUS, porém dos mais de 200 projetos previstos no lançamento do PAC da Saúde, em 2008, até o momento apenas nove foram colocados em prática.

A crise mundial iniciada em 2008 trouxe consequências sérias para o Brasil. Uma das formas de tentar encobri-la e demonstrar a "atuação" do governo foi, novamente, utilizar o trabalhador como bode expiatório. Para tanto o governo desenterrou o PLC 248/1998 da era Bresser Pereira, responsável pela reforma administrativa da época e fortemente combatida pelo PT. As avaliações produtivistas que estão sendo implantadas nos mais diversos setores da administração federal fazem parte daquela reforma administrativa e têm como um dos principais objetivos a criação de ambiente para permitir a demissão de servidores.

Acoplado a avaliação produtivista está uma das mais prejudiciais heranças deixadas pelo governo Lula, o Projeto de Lei 549/2009. Caso seja aprovado pelo Congresso Nacional, o funcionalismo público federal ficará dez anos sem reajuste salarial. A recém empossada presidente Dilma Rousseff já declarou que este é um momento de austeridade, referindo ao salário dos servidores.

Fonte: SinsprevSP

Últimas



Sindisprev agradece

Em carta à Diretoria da AGASAI, a Secretaria de Gênero e Raça do Sindisprev dirigida pela também associada da AGASAI, Nilza Chagas, agradece pela cedência da Diretora Neuza Fogo que colaborou com serviços prestados àquela Secretaria.

AGASAI parabeniza

O Convite para comparecer ao desfile das escolas de samba de Porto Alegre, enviado pelo seu associado e também Diretor Geral da Escola de Samba Fidalgos e Aristocratas, Francisco Graça, pelos 60 anos da agremiação e pelo bonito e alegre desfile que ofereceu ao público no Carnaval 2011.

Informações sobre Assistência Funeral

Todos os sócios que entraram até 2003 têm direito, como também os cônjuges e filhos até 18 anos. Sócios de 65 a 80 anos, que entram a partir de 2004 e desejam ter o auxílio devem pagar uma taxa de R\$ 25,00. O auxílio funeral cobre todos os serviços prestados, não é um reembolso de valores. A funerária contratada é a Angelus, que atende em todo o Estado e deve ser acionada através do **DDG 0800 512228**. Caso seja acionada outra funerária os valores não serão reembolsados. **É importante o associado divulgar entre seus familiares a existência deste serviço e o telefone para acioná-lo.**

AGASAI no rádio

Todos os sábados das 7h30min às 9h, na Rádio Bandeirantes 640 AM, a AGASAI participa do programa Boca no Trombone falando sobre temas que interessam aos funcionários ativos, aposentados e pensionistas do serviço público federal, não perca.

Governo quer reajustar os DAS

A torneira vai fechar de um lado e abrir do outro. Embora tenha anunciado o maior cavalo de pau orçamentário da história do país, o governo mantém os planos de reajustar o mais brevemente possível os salários dos cargos de direção e assessoramento (DAS's). "Os salários dos DAS estão congelados desde 2007. Não temos decisão sobre o realinhamento dos salários. Apesar de que, do meu ponto de vista, seja justo um realinhamento", disse a ministra do Planejamento, Miriam Belchior nesta quarta-feira. Há 21.847 ocupantes desses cargos. Os salários variam de R\$ 2.115,72 a R\$ 11.179,36.

Quer continuar bem-informado depois de ler este jornal?

É só continuar acessando a AGASAI

Twitter: @agasai_rs

Orkut: procure a comunidade da AGASAI

Por e-mail: comunicacao@agasai.org.br

E pelo site: www.agasai.org.br

O associado também pode receber

torpedos no seu celular, basta se

cadastrar gratuitamente.